

O ENSINO DA GRAMÁTICA E SUAS PROBLEMÁTICAS: UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA DA OBRA “EMÍLIA NO PAÍS DA GRAMÁTICA” DE MONTEIRO LOBATO

Júlia NEVES Gonçalves

julianevedsc@hotmail.com (UFCG)

Leidiane FAUSTINO Lima

leidiane.fl@hotmail.com (UFCG)

RESUMO

Partindo do pressuposto de que a Literatura é um meio indispensável no ensino de Língua Materna, o presente artigo foi idealizado com intuito de analisar de que forma uma obra que apesar de ter sido escrita no ano de mil novecentos e trinta e quatro, abarca uma problemática ainda vigente nos dias de hoje: o ensino de Gramática pautado na tradição Normativa, desconsiderando as condições de uso, principalmente no que diz respeito à língua falada. Em termos metodológicos, buscamos através de recortes textuais, perceber como se dá a abordagem sobre as classes gramaticais por Monteiro Lobato no clássico – “Emília no País da Gramática”, e concluímos que através de um dinamismo que a grosso modo pode parecer fantasioso, a obra resguarda em si uma iniciativa de pensar na ressignificação do ensino baseada no lúdico e na vivência na linguagem. Para a realização da análise, utilizamos como embasamento teórico, BAGNO (2011), MOURA NEVES (2010), BEZERRA (2010) e FARACO (2008), autores que dedicam seus estudos visando as implicações educacionais no ensino de gramática, levando em conta a variedade e o funcionamento real da língua.

Palavras-chaves: Monteiro Lobato. Ensino. Gramática. funcionalismo.

INTRODUÇÃO

Muito tem se discutido sobre o ensino de gramática nas escolas, tendo em vista que este ambiente, quando pensamos nas aulas de Língua Portuguesa, ainda é tido

como o local único e exclusivo para a aquisição das regras da gramática normativa, aqui entendida por um “conjunto de normas” a serem seguidas por imposição social. De maneira a desconstruir essa visão da língua como uma estrutura invariável e desprovida de significação, estudiosos da área propõem uma metodologia baseada no diálogo entre leitura, escrita e análise lingüística a partir da observação do funcionamento da língua em uso tomando como unidade de análise o *texto*.

Seguindo esta linha de pensamento, podemos considerar a literatura um indispensável meio de aprendizagem, pois através da mesma é possível contribuir para a formação cultural dos indivíduos, além de se constituir como um rico objeto de análise das manifestações da linguagem e seus efeitos de sentido. Monteiro Lobato, uma das maiores referências no tocante à Literatura Infantil, escritor da obra *Emília no País da gramática*, preocupado com o andamento do ensino dado à Gramática naquele período, apresenta nessa obra uma metodologia de ensino pautada na dinamização da língua.

Dessa forma a presente análise justifica-se em trazer à tona uma obra que apesar de ter sido escrita no ano de mil novecentos e trinta e quatro, abarca uma problemática ainda vigente nos dias de hoje: o ensino de Gramática pautado na tradição Normativa, desconsiderando as condições de uso, principalmente no que diz respeito à língua falada, assim como para o fato de que a maior parte das definições isoladas, não dá conta da categoria integralmente.

Objetivamos com esse artigo fazer um percurso que terá início com uma discussão à respeito da importância e o ensino da Gramática, em seguida buscaremos mostrar a diferença entre a Gramática Normativa e a Gramática Funcionalista, para que então possamos adentrar na obra de Monteiro Lobato, à priori através de um resumo da mesma e mais adiante com uma análise comparativa sobre a classe dos “advérbios” entre *Emília no País da Gramática* e *a Gramática pedagógica do português brasileiro* de Marcos Bagno.

A IMPORTÂNCIA E O ENSINO DA GRAMÁTICA

É através da língua que uma sociedade se comunica e retrata o conhecimento e entendimento de si própria e do mundo que a cerca, refletindo assim na identificação e na diferenciação de cada comunidade. Essa diferenciação se aplica se considerarmos também os grupos sociais, as faixas etárias, os gêneros, graus de escolaridade, enfim, um conjunto de fatores que se encontram inseridos em uma determinada comunidade. Diante dessa pluralidade cultural e da diversidade de falares brasileiro é que se deve levar em consideração a construção de uma gramática viva e que contemple essa heterogeneidade, sem estigmatizar.

Segundo FARACO (2008); “o conceito de norma [...] surgiu da necessidade de estipular um nível teórico capaz de captar, pelo menos em parte, a heterogeneidade constitutiva da língua.”

Nesse contexto, a Gramática surgiu como instrumento padronizador, ou seja, como instrumento de fixação de um padrão a ser tomado como regulador do comportamento dos falantes, daí a definição da Gramática como um “conjunto de regras”. Na intenção de abranger esse conceito tão superficial, tomamos como base o texto da prof.^a Dra. Maria Auxiliadora Bezerra, que nos diz o seguinte:

“[...] o conceito de “conjunto de regras” referentes àquelas seguidas, comumente, pelos usuários da língua remete a uma gramática descritiva [...] e “conjunto de regras” referentes àquelas a serem seguidas, obedecidas por imposição social, remete a uma gramática prescritiva, normativa (que tradicionalmente é ensinada nas escolas).”

O que se percebe, é que o termo Gramática pode ser analisado sob diversos pontos de vista, mas quando se trata do ensino, há uma tendência clara ao uso da Gramática Normativa, alvo de severas críticas de uma série de estudiosos, pelo fato de

depreender um conjunto de conceitos e análises constitutivas de uma *língua homogênea*. Porém, sabemos que a língua é constituída por um conjunto de variedades reconhecidas histórica, política e culturalmente como manifestações de uma mesma língua por seus falantes.

A perspectiva de ensino em situações comunicativas só teve início no final do século XX, sob a influência dos estudos do Funcionalismo, nas palavras de MOURA NEVES (2010), a Gramática Funcional nada mais é que:

“[...] uma gramática do uso lingüístico, no sentido de que ela não assume como tarefa descrever a língua enquanto sistema autônomo, não desvinculando, portanto, as peças do sistema das funções que são preenchidas. Considera, pois, a relação entre estrutura e função como algo instável, que reflete o caráter dinâmico da linguagem.”
(p.1)

Considerando a gramática normativa e a funcionalista no ensino de língua da educação básica, percebemos que, o conhecimento de estruturas e as condições de uso nem sempre são estudadas em conjunto, o que acaba levando o aluno a considerar as aulas de Gramática, algo desnecessário e tedioso, pois o conteúdo aplicado na sala de aula, geralmente não tem aplicabilidade no seu contexto social.

Visando atribuir um sentido para o ensino da Gramática, voltamos à BEZERRA (2010) que nos diz o seguinte:

“[...]conhecer a gramática de uma língua em seus vários aspectos tem sua importância, pois, ao mesmo tempo em que se compreende seus mecanismos internos, também se conhece o prestígio social de algumas línguas e/ ou de alguns registros linguísticos, motivados por fatores que lhes são externos.” (Texto “Importância da Gramática”)

Podemos concluir que, o professor deve mostrar que há uma norma valorizada da língua, tida como prestígio social e que há também uma variedade de opções de que o falante dispõe para se comunicar, com isso o aluno ampliará seu repertório e se sentirá mais confiante para as situações que irá vivenciar.

“EMÍLIA NO PAÍS DA GRAMÁTICA”

Entre muitas das obras do autor, *Emília no País da Gramática*, publicada pela primeira vez em 1934, traz como enredo uma fantástica viagem ao país da gramática, uma aventura cheia de descobertas, diversões e aprendizagem, pois ao longo da narrativa a boneca de pano, conhecida pela sua curiosidade, questiona as classes gramaticais, a etimologia, a morfologia, a sintaxe e os demais componentes gramaticais. A narrativa inicialmente traz à tona uma crítica da personagem “Pedrinho” sobre a metodologia adotada pelo professor nas aulas de Língua Portuguesa: “- Ah, assim sim! – dizia ele. – Se meu professor ensinasse como a senhora, a tal gramática até viraria brincadeira. Mas o homem obriga agente a decorar uma porção de definições que ninguém entende. Ditongos, fonemas, gerúndios...” (p. 7)

Mais adiante a visita ao País da Gramática surge de uma ideia da boneca Emília, que soube da existência desse país pelo rinoceronte Quindim e ela logo chama Pedrinho, que estava tendo aulas de gramática com Dona Benta, para mais uma aventura. Os personagens Emília, Pedrinho, Narizinho, Visconde e Quindim rumam para o País da Gramática. Dessa forma, pouco a pouco, os mecanismos de dinamização da língua vão se revelando para o leitor. As palavras nesse novo universo possuem vida própria, elas constituem personagens que tecem diálogos com os demais, participam dos acontecimentos e vivenciam as explicações das regras gramaticais.

No decorrer da obra, as revoltas da boneca se manifestam com relação às figuras do gramático e da própria gramática. Estes, a todo momento, são alvo das críticas impiedosas de Emília. “- Isso mesmo. Mas os senhores gramáticos são uns sujeitos amigos de *nomenclaturas rebarbativas*, dessas que deixam as crianças velhas antes do tempo.” (p. 11, grifos do autor). Lobato expressa sua posição assumida no livro, face à Ortografia, é de independência e claramente prefere a Ortografia

Simplificada. Ele, mesmo suprimindo os termos das nomenclaturas ou quando não os suprime, faz uso de metáforas.

Nesse país da Gramática, os personagens entram em contato com o mundo das palavras e com a história da língua portuguesa. A obra parece aderir a uma abordagem histórica da língua, na medida em que o autor descreve a cidade das palavras latinas, já completamente abandonada e que outrora fora uma cidade muito importante. De um modo semelhante, LOBATO (Ed. 1994) relata a questão da língua portuguesa e sua constituição no Brasil:

“A cidade de Portugália dava a ideia duma fruta incõe — ou de duas cidades emendadas, uma mais nova e outra mais velha. A separação entre ambas consistia num braço de mar. — A parte de lá — explicou o rinoceronte — é o bairro antigo, onde só existiam palavras portuguesas. Com o andar do tempo essas palavras foram atravessando o mar e deram origem ao bairro de cá, onde se misturaram com as palavras indígenas locais. Desse modo formou-se o grande bairro da Brasilina.” (p.19).

Por fim, após uma longa aventura no país da gramática e alguns encontros com elementos constitutivos da ortografia, todos na narrativa lobatiana compreendem que “a língua é uma criação popular na qual ninguém manda. Quem a orienta é o uso e só ele” (p. 167).

Análise comparativa na abordagem sobre os *Advérbios*

Separamos este momento, à fim de exemplificar, o tratamento dado à uma determinada classe de palavras por Monteiro Lobato em *Emília no país da Gramática*, como também por Marcos Bagno, na Gramática pedagógica do português brasileiro, na tentativa de averiguar a atualidade das concepções de Lobato, cujo era visto à frente do seu tempo. Optamos pela classe dos *Advérbios*, que pode ser encontrada no capítulo X intitulado “A tribo dos Advérbios”. Inicialmente a personagem Emília, acompanhada do Verbo Ser se dirige ao bairro das *Palavras inflexivas*, no qual moravam os advérbios, as preposições, as conjunções e as interjeições. A boneca, logo

quis saber o conceito de advérbio, e a resposta foi a seguinte: “— *Advérbio é uma palavra que nos modifica a nós, Verbos; e que modifica os Adjetivos; e que, às vezes, também modifica os próprios Advérbios.*” (p.55)

A referida definição apresentada da classe dos Advérbios por Lobato, assemelha-se com as encontradas nos Livros Didáticos, porém para BAGNO (2011), classificar um advérbio é quase como agir por eliminação, visto que a mesma possui uma função que palavras de diversas classes podem exercer, ou seja, não há a possibilidade de delimitar um conceito para esta classe. Mais adiante, Emília continuou articulando suas perguntas, desta vez ficou curiosa em saber o jeito como os advérbios modificavam. O Verbo Ser, explicou que eles modificam de vários jeitos: de lugar, de tempo, de modo, de intensidade e de ordem. Bagno no capítulo “sempre cabe mais um – os advérbios”, cita essas relações semânticas e mais algumas, mas no intuito de chamar à atenção para a amplitude dos espectros semânticos dos advérbios e que por essa razão, é o reino de palavras mais visado pelos processos de gramaticalização.

Os advérbios em –mente são tratados por ambos, Lobato tenta explicar que *mente* é um velho substantivo, com o significado de “maneira” ou “intenção”, hoje não é mais substantivo e sim “rabo de advérbio”, e que os adjetivos, às vezes funcionam como advérbios. Vejamos:

— Os Adjetivos — disse Ser — gostam às vezes de figurar de Advérbio, mesmo sem uso do rabinho. Você, por exemplo, pode dizer: Eu grito alto, em vez de dizer: Eu grito altamente. O Adjetivo Alto faz aí o papel de Advérbio. (p.57)

Bagno também apresenta a origem dos advérbios em –mente, seguindo a mesma linha de raciocínio de Lobato, tratando-o como um processo de gramaticalização, com significado de “faculdade intelectual, raciocínio, espírito”, que de substantivo pleno, se tornou mero sufixo.

Em um dado momento de *Emília no país da Gramática*, Lobato admite que existem alguns advérbios que são flexíveis, para se referir aos que mudam em grau, ou

seja, os que mudam de forma “quando querem exagerar”. De certa forma, eles não são em todo caso, invariáveis, e pensando exatamente nisso, Bagno nos diz o seguinte:

“Os advérbios são tradicionalmente classificados como “palavras invariáveis”, isto é, palavras que não sofrem modificação formal de gênero, número e grau. A grande maioria dos advérbios se comporta, de fato, assim. No entanto, por sua íntima relação com os adjetivos, alguns advérbios aceitam essas marcas formais” (pg. 839)

Assim como Lobato, Bagno aborda a mudança em grau, dando exemplos de advérbios no diminutivo e também o caso do meio, que aparece no feminino e no plural, e do todo que também pode ser expressado no gênero feminino. Em suma, foi possível apreender que Monteiro Lobato, já nutria de uma visão modernizada sobre a Gramática, apresentando conceitos que para a época, eram apenas suposições e que hoje foram comprovadas, a partir de Gramáticas inovadoras como a de Marcos Bagno, que não separa a descrição histórica da descrição atual da língua, isto é, não separa a diacronia da sincronia, mas faz uma abordagem, em que passado e presente se fundem em busca das explicações mais razoáveis para os fatos linguísticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as análises expostas anteriormente, percebemos que o processo de assimilação dos conteúdos de forma significativa se dá em virtude da curiosidade da personagem que busca sempre saber mais sobre um determinado aspecto gramatical, ideia defendida pelos teóricos que evidenciam que o aluno precisa sentir a necessidade de buscar o conhecimento e o professor atua nesse processo como orientador. Também é importante destacar que a aplicabilidade dos conteúdos foi um fator considerável na aprendizagem, pois é o mecanismo utilizado para reafirmar a competência adquirida.

O escritor insere sua obra dentro de seu próprio tempo e procura concretizar sua proposta de modernização da língua e da sociedade. Observa os ensinamentos gramáticos existentes e fala a respeito das reformas que estavam por vir. Como pudemos observar, esta obra de Lobato apresenta várias concepções linguísticas relacionadas aos ensinamentos do mestre Genebrino F. de Saussure. É também evidente a semelhança que há entre alguns posicionamentos adotados pelo autor e a teoria estruturalista de estudo da língua.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.
- FARACO, Carlos Aberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo, Parábola Editorial, 2008
- LÍNGUA PORTUGUESA, São Paulo: Editora Segmento, ano 4, nº 54, abr. 2010
- BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Importância da Gramática*. 2010
- LOBATO, Monteiro. *Emília no país da gramática*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Disponível em <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo53.pdf>>)